

# Aleitamento materno e artificial ao longo da história: aspectos sócio culturais

Denise Maria Alves Granja\*

Maria Claudia Cunha\*\*

Bosi, M.L., Machado, M., (2005), *Amamentação: um resgate histórico*. Cadernos ESP- Escola de Saúde Pública do Ceará, v. 1, n. 1, Julho-Dezembro, 2005, p.17-25.

Embora publicado em 2005, o artigo em análise trata de questões e impasses relevantes na atualidade, na medida em que aborda o aleitamento materno como não restrito a um ato de determinação biológica. E, por extensão, aponta que as causas do desmame precoce não devem ser atribuídas somente a fatores de ordem orgânica que afetam a lactante e/ou o lactente. Ou seja, as autoras argumentam que ambos os fenômenos demandam compreensão mais abrangente, considerando-se a influência dos aspectos sócio culturais na significação e no valor a eles atribuídos.

Assim, analisam a amamentação em diferentes momentos históricos, recuperando as crenças e significados a ela atribuídos. Nessa perspectiva, apontam que as peculiaridades da alimentação infantil são muito antigas e que o aleitamento artificial se faz presente desde os tempos mais remotos. Dentre as evidências para tal, ilustram que há registros de vasilhas de barro encontradas ao lado de corpos de lactentes em sítios de escavações arqueológicas (séc. V e VII), sugerindo que os bebês gregos recebiam alimentos de outras fontes além do leite materno. Por sua vez, referem que o valor atribuído aos benefícios do leite materno – nutricionais e afetivos – flutua em função das peculiaridades dos diferentes contextos sócio culturais.

Portanto, ressaltam que a prática do aleitamento materno decorre de uma complexa rede de fatores, que deve ser considerada no âmbito das

ações em saúde voltadas ao seu incentivo. Nessa direção, questionam a ideologia subjacente às campanhas que, frequentemente, reforça a noção de que a mãe é a única responsável pelas conseqüências indesejáveis do desmame sem, no entanto, avaliar a gama de fatores que a influenciaram nessa decisão.

Criticando tal abordagem, argumentam que essas campanhas desconsideram que o aleitamento materno, longe de significar um ato instintivo, natural, representa “um hábito preso aos determinantes sociais e às manifestações da cultura” e que “as concepções e valores, assimilados pelo processo de socialização, influem na prática da amamentação tanto quanto o equilíbrio biológico e funcionamento hormonal da mulher” (p.18), ainda que o discurso hegemônico não os reconheça. Conseqüentemente, essas ações de saúde tendem a gerar sentimentos de culpa nas mulheres que apresentam dificuldades no processo de aleitamento, o que não resolve o problema do desmame precoce. Ao contrário, sugerem que os serviços de saúde pública devem acolher essas mães e buscarem alternativas de solução compartilhadas com elas.

Cabe destacar que, especificamente no campo da Fonoaudiologia, uma das ações mais significativas de incentivo ao aleitamento materno é a participação no Programa Mãe Canguru, direcionado às mães de bebês considerados de risco para problemas de desenvolvimento por prematuridade ou baixo peso ao nascimento e que acontecem

\* Fonoaudióloga – Mestranda do Programa de Fonoaudiologia da PUCSP. \*\* Professora titular do Depto de Clínica Fonoaudiológica da PUCSP.

ainda no âmbito hospitalar. Nesse Programa existe a preocupação em promover o envolvimento da família em benefício do vínculo mãe-bebê, visando a adesão ao aleitamento materno exclusivo (AME) durante o período da hospitalização. Contudo, observa-se que após a alta da díade, o seguimento ambulatorial revela que a desejável manutenção do AME até o sexto mês de vida da criança ainda é insatisfatória.

Complementarmente, as autoras abordam o tema na perspectiva do aleitamento artificial, por meio de mamadeira, datado do início do século XX. Tal prática, foi desenvolvida, inicialmente, como uma alternativa à “amamentação mercenária”, realizada pelas chamadas “amas de leite”; que se dispunham à amamentação natural de bebês de outras mulheres em troca de remuneração financeira. Esse procedimento surgiu no século XVII, em função da crença de que o ato de amamentar causava danos aos corpos das mulheres, especialmente o envelhecimento precoce. E seu apogeu deu-se no século XVIII, quando mulheres de todas as classes sociais enviavam seus bebês para a casa de amas que os amamentavam.

Mas, observam que em função dos altos índices de mortalidade infantil decorrentes de doenças transmitidas aos bebês pelas amas, via aleitamento natural, ou tentativas de aleitamento artificial inadequadamente feitas com leite de vaca – por meio de pequenos chifres animais furados, os precursores das mamadeiras – essa prática se restringiu. Assim, os médicos indicavam as amas apenas para as famílias de altos recursos financeiros e com as seguintes recomendações: a amamentação deveria ser realizada em domicílio de forma a possibilitar a vigilância da ama e somente nos casos de mães que estavam impedidas de amamentar seus filhos.

Contudo, apontam que a partir do século XX, o progresso das pesquisas sobre substitutos do leite materno, desenvolvidas por profissionais da saúde para combater o desmame precoce e subsidiadas por interesses econômicos, passou a influenciar

a classe médica na indicação do uso do leite em pó de forma indiscriminada, desde o nascimento do bebê. Tal procedimento, prosseguem, promoveu em várias gerações a concepção de que essa modalidade de nutrição infantil era supostamente mais eficiente e segura que o aleitamento materno, na medida em que melhor provia as necessidades nutricionais do lactente.

Em decorrência, o aleitamento artificial passou a se sobrepor ao materno o que gerou mudanças no comportamento das mulheres, a saber, a perda da autoconfiança na capacidade de amamentarem seus filhos, fortemente influenciada por estratégias de *marketing* desenvolvidas pelas indústrias produtoras de leite em pó.

A propósito dos conteúdos e questionamentos expostos no artigo em análise, observa-se que no campo fonoaudiológico, apesar da vasta literatura sobre amamentação, as publicações científicas tendem a desconsiderar os aspectos sócio culturais, privilegiando os aspectos orgânicos do aleitamento materno.

Geralmente, tais publicações focam o estudo das técnicas de manejo do sistema motor orofacial do lactente (em termos funcionais e disfuncionais), o posicionamento correto da díade mãe-bebê durante a mamada e a importância da adequação da musculatura facial (favorecida, especialmente, pela sucção) para a aquisição e desenvolvimento da linguagem oral.

Por outro lado, são escassas as pesquisas que envolvem aspectos inerentes ao tema, como: a disponibilidade materna para amamentar, suas justificativas para recusar-se a fazê-lo, a presença/ausência de dinâmica familiar favorável a essa prática, as condições emocionais das mães para compreender/seguir as orientações dos profissionais da saúde; dentre outros aspectos relevantes articulados a fatores sócio culturais – aos quais acrescentamos os psíquicos – envolvidos no enfrentamento dos dilemas e conflitos inerentes ao aleitamento infantil. Fica a sugestão para estudos futuros.